

Administração e Contabilidade: Amálgama para o Sucesso



 Editora
Atena

Ano 2018

Atena Editora

**Administração e Contabilidade:
Amálgama para o Sucesso**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração e contabilidade: amálgama para o sucesso [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
7.556 kbytes

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-02-4

DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Administração. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD 657

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	
<i>Carlos Augusto da Silva Neto</i>	
<i>Flavia Gregório Lindgren</i>	
<i>Andréa Paula Osório Duque</i>	
<i>Guilherme Portugal</i>	
CAPÍTULO 2	18
A PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR EM PROCESSO DE FALÊNCIAS E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS NA VISÃO DOS MAGISTRADOS: ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E PERÍCIA CONTÁBIL	
<i>Wagner Ferreira da Silva</i>	
<i>Idalberto José das Neves Júnior</i>	
CAPÍTULO 3	38
A RELAÇÃO MATRIZ-SUBSIDIÁRIAS E A TEORIA DAS MULTINACIONAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	
<i>Paula Porto de Pontes Valentim</i>	
<i>Vinícius Mothé Maia</i>	
<i>Fábio de Oliveira Paula</i>	
CAPÍTULO 4	58
A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS OFICIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2016	
<i>Jailza Mendes Da Costa</i>	
<i>Kliver Lamarthine Alves Confessor</i>	
<i>Fernando José Vieira Torres</i>	
<i>Audrey Regina Leite Esperidião Torres</i>	
<i>Joséte Florencio Dos Santos</i>	
CAPÍTULO 5	79
AFOLS – ADULTS FANS OF LEGO: INVESTIGANDO AS RAZÕES PARA O CONSUMO DE LEGO EM IDADE ADULTA	
<i>Thiago Mello Affonso de Andrade</i>	
<i>Renata Céli Moreira da Silva Paula</i>	
CAPÍTULO 6	97
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE SHOPPING CENTERS: UM ESTUDO DE CASO DA ALIANSCE SHOPPING CENTERS S/A EM RELAÇÃO À BRMALLS PARTICIPAÇÕES S/A NOS ANOS 2013 A 2015	
<i>Alexia Mafalda Ramos Martins</i>	
<i>Mivaldo Cavalcante Gomes de Almeida Neto</i>	
<i>Alexandra da Silva Vieira</i>	
<i>Márcia Maria Silva de Lima</i>	
CAPÍTULO 7	118
APLICAÇÃO DO PROCESSO DE RACIOCÍNIO DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES NA ÁREA DA PESQUISA CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Jonathas Coelho Queiroz da Silva</i>	
CAPÍTULO 8	140
“EU VIM PARA SERVIR” (MC 10,45): UM ESTUDO SOBRE LIDERANÇA SERVIDORA EM UMA “NOVA COMUNIDADE”	
<i>Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias</i>	
<i>Luiz Sebastião dos Santos Júnior</i>	
<i>Marcela Rebecca Pereira</i>	

CAPÍTULO 9 154

GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTUDO DA TRANSPARÊNCIA DE UMA PREFEITURA À LUZ DAS EXPECTATIVAS DOS SEUS PÚBLICOS DE INTERESSE

Larissa Brutes
Deigla Kreuzberg
Rosane Maria Seibert
Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CAPÍTULO 10 173

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Ana Cristina de Oliveira Lott

CAPÍTULO 11 185

ÍNDICE DE DISCLOSURE DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL COM BASE NAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA SIMILARIDADE DOS ENTES PÚBLICOS

Mariana Camilla Coelho Silva Castro
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Jorge Eduardo Scarpin
José Roberto de Souza Francisco

CAPÍTULO 12 202

MARKETING BOCA A BOCA EM MÍDIAS SOCIAIS: EFEITO DAS INTERAÇÕES OCORRIDAS NO FACEBOOK SOBRE O DESEMPENHO DAS RECEITAS DE VENDAS DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Ilka Gislayne de Melo Souza
César Augusto Tibúrcio Silva

CAPÍTULO 13 222

MECHANISMS OF CORPORATE GOVERNANCE AND PERFORMANCE: ANALYSIS OF PUBLIC COMPANIES LISTED IN BM&FBOVESPA

Josimar Pires da Silva
Mariana Pereira Bonfim
Rafael Martins Noriller
Carlos Vicente Berner

CAPÍTULO 14 237

MÉTODOS E TÉCNICAS QUANTITATIVAS EM CONTABILIDADE E FINANÇAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO SOFTWARE R

Sabrina Amélia de Lima e Silva
Naiara Leite dos Santos Sant' Ana
João Paulo Calemba Batista Menezes
Jéssica Santos de Paula
Caio Peixoto Chain

CAPÍTULO 15 253

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Evellyn Danielly Zabotti
Silvana Anita Walter

CAPÍTULO 16 274

REFLEXOS DA EDUCAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES NO BRASIL

Lucas Pereira Silveira
Roberto Miranda Pimentel Fully
Aucione Aparecida Barros Guimarães

CAPÍTULO 17 291

RELAÇÃO ENTRE CAPITAL DE GIRO E RENTABILIDADE: EVIDÊNCIAS NO SETOR DE COMÉRCIO NO BRASIL

Veronica Silva Ricardo

Rodrigo Dilen Louzada

SOBRE OS AUTORES..... 306

A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS OFICIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2016

Jailza Mendes Da Costa

Universidade Federal Paraíba

João Pessoa - Paraíba

Kliver Lamarthine Alves Confessor

Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/
UFPE)

Centro Universitário UNIFACISA

Campina Grande - Paraíba

Fernando José Vieira Torres

Universidade Federal Paraíba

João Pessoa - Paraíba

Audrey Regina Leite Esperidião Torres

Ministério Público da Paraíba

João Pessoa - Paraíba

Joséte Florencio Dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/
UFPE)

Recife - Pernambuco

Resumo: O setor público perpassa pelas vertentes da eficiência e eficácia, que para ser alcançadas precisam interligar pontos com uma boa gestão dos recursos públicos, que vem sendo atualizado com os conceitos de governança corporativa, sendo tratado como governança do setor público, que para ser alcançada precisa está dentro de princípios como transparência, *accountability*, que no setor público seria a responsabilidade em prestar contas, e a integridade. Diante de atualizações como esta, percebe-se a necessidade de canalizar as informações para

o principal interessado, o cidadão, que munido das informações passa a exercer o controle social. Desta forma, os portais eletrônicos com as informações atualizadas corroboram como uns destes canais, em tempo real, disponibilizando informações de como os recursos estão sendo alocados. Neste sentido, esta pesquisa tentou verificar a qualidade das informações dispostas, nestes portais eletrônicos das prefeituras municipais das capitais, tendo como balizador o ITGP-M. Investigou-se o nível de transparência e propôs identificar se existe relação do nível de transparência desses municípios com as variáveis, população, área territorial, PIB e o IDH. Através da aplicação de técnicas exploratórias, descritiva e documental e da aplicação do modelo Raupp e Pinho (2010), verificou-se que todas as capitais brasileiras apresentam um portal eletrônico oficial e dentre os resultados a capital paraibana, João Pessoa, obteve a maior pontuação em comparação as demais capitais. A porcentagem alcançada pelas capitais brasileiras ficou entre 17% (São Luís – MA) e 52% (João Pessoa – PB). E ao relacionar os resultados do ITGP-M, com uma a uma das variáveis, e estabelecermos uma relação estatística, visualizamos correlações lineares positivas entre o ITGP-M e as variáveis PIB e População, e negativas quando as variáveis são IDH e a área.

Palavras-Chave: Controle Social; Portais Eletrônicos Oficiais; ITGP-M.

1 | INTRODUÇÃO

O diálogo entre a Administração Pública e a sociedade passa pelo viés de alguns conceitos que vêm sendo debatidos, no escopo de pressionar o Estado, dentre os quais podemos destacar a Governança Corporativa (GC), que se amolda ao setor público, inserindo a importância dos princípios da transparência, equidade, *accountability* e da responsabilidade corporativa. A utilização da Governança na gestão eficiente e eficaz do setor público evidencia a essencialidade do princípio da divulgação na adoção das deliberações administrativas do gestor, uma vez que a exposição clara e concisa dessas medidas, possibilitam a reivindicação social dos atos condizentes com os interesses da coletividade,

Conforme o TCU (2002), a construção de capacidades estatais não pode prescindir do princípio da transparência, à medida que a expansão do acesso e o compartilhamento de informações torna o público capaz de decidir e fazer escolhas políticas, aumentando assim, o *accountability* e contribuindo para a redução da corrupção.

Os interesses da coletividade respaldam-se no Estado Democrático de Direito, pois a Constituição de 1988 dispõe que o poder emana do povo e que tal expressão não se delimita somente por números, mas indica que a população é detentora da soberania popular e que os indivíduos que a compõe devem ser tratados de forma igualitária perante a lei. Nesta escuridão, Correia (2003) ressalta que em meados da década de 80, houve uma maior mobilização política em torno da participação de setores organizados da sociedade civil sobre o Poder Estatal. Neste viés, essa fiscalização popular notória se consubstancia no Controle Social, o qual evidencia que a cidadania não é exercida apenas no momento eletivo, mas passa a ser realizada de forma incisiva, quando a gestão pública se concentra nas mãos dos representantes, cobrando a publicidade nas condutas administrativas e a transparência na prestação de contas com a sociedade. Nesse sentido, o Controle Social possui como perspectiva a participação da população nos planos, programas, projetos estatais, bem como no acompanhamento de suas execuções e definição da alocação de recursos junto aos órgãos públicos (COOREIA, 2003).

Assim, na busca pela gestão eficiente do erário, faz-se necessário a participação efetiva da sociedade, que necessita de dados concretos quanto à destinação dos recursos públicos e sua alocação em prol da coletividade, de forma que as informações devem chegar ao cidadão de maneira tempestiva e inequívoca para o real exercício do Controle Social, nos termos da legislação vigente em nosso país.

Desta feita, resta evidente a latente importância dos portais eletrônicos oficiais, como plataformas de exposição de dados da gestão realizada pela Administração Pública, em tempo real, para o efetivo desempenho da cidadania e a o cumprimento das garantias constitucionais estipuladas em nossa Carta Magna.

2 | PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Assim, diversas pesquisas vêm analisando se estes portais, estão de fato, contribuindo para a fiscalização das contas públicas pelo cidadão. Por exemplo, Cruz *et al* (2012) em estudo realizado nos maiores municípios brasileiros, constatou que nestes locais, existem baixos níveis de transparência e que os resultados não condizem com o nível de desenvolvimento socioeconômico alcançado por estes entes federativos. Raupp e Pinho (2010) analisando os portais eletrônicos das Câmaras de Vereadores de municípios com mais de 50.000 habitantes, no Estado de Santa Catarina/SC, verificou que havia baixa capacidade destes em viabilizar a construção da *accountability*. Constatou-se ainda que eles são insipientes na projeção de informações precisas aos cidadãos, quanto à alocação dos recursos utilizados por aquelas edilidades.

Vale frisar que a presente pesquisa teve como **objetivo geral** a verificação do nível de transparência, nos portais das Prefeituras Municipais, das Capitais brasileiras, de modo que na sua execução, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: analisar se todas as capitais disponibilizam portais eletrônicos oficiais, averiguar se estes respectivos sítios eletrônicos fornecem todas as informações que compõem o Índice de Transparência Pública Municipal (ITGP-M) de CRUZ *et al* (2012), criando assim, uma classificação baseada na porcentagem alcançada por cada capital brasileira, e por fim, traçar um perfil individualizado por região do nosso país, tomando-se por parâmetro, correlacionando variáveis como população, área territorial, PIB e o IDH.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Breve comentário

A Governança relaciona-se com os termos direção e organização, que perpassam pelo caminho que a administração pode gerir seus recursos, otimizando suas ações em torno dos limites esperados, cujo ambiente pode ser uma empresa, uma agência do setor público, e dependendo de quem esteja no centro da discussão, pode ser denominada Governança Corporativa ou Governança da Gestão Pública. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Governança é totalmente conectada a necessidade de prestar contas, ou seja, tudo o que for decidido terá que ser transformado em informações, para os interessados, que no setor privado seriam os acionistas, os bancos, os clientes entre outros, já no setor público, o principal interessado em poder questionar o porquê de cada passo, é o cidadão, passando a exercer o Controle Social, como destaca-se a definição a frente.

3.1 Governança no setor público

Governança no setor público, pode ser definida como a capacidade que uma determinada instituição tem para formular e implementar suas políticas, proporcionando o

bem-estar social e atendendo aos preceitos éticos e legais. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tal prática é totalmente conectada a necessidade de prestar contas.

O relatório publicado em 1992, pelo Comitê formal de aspectos financeiros da Governança Corporativa (Cadbury Report, 1992), a definiu como um sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas, de acordo com três, dos princípios que a compõe: Transparência, Integridade e Responsabilidade em prestar contas, descritos na Tabela 1, com destaque para o setor público.

Princípio	Conceito
Transparência	“O governo deve ir ao cidadão para se justificar; deve procurá-lo, por meio de cartilhas, informativos dirigidos e instrumentos similares que, de fato, “digam algo” àquele cidadão sobre como os recursos públicos estão sendo empregados em prol do bem comum (pois este deve ser o fim precípua de qualquer gestor público)” (ALVES, 2011, p. 271); “É a parte central para a boa governança”. (BATTETT, 2011, p. 5).
Integridade	Refere-se ao compromisso de que o governo aja de modo coerente e fundamentado em princípios com todos os seus cidadãos, a fim de estender a um padrão de justiça e equidade (DWORRIN, 2003). Compreende os procedimentos honestos e perfeitos. É baseada na honestidade, objetividade, normas de propriedade, probidade na administração dos fundos e recursos públicos e na gestão dos negócios da entidade. (PSC/IFAC, 2001)
Responsabilidade em prestar contas	É o processo em que as entidades do setor público e seus indivíduos são responsáveis por suas decisões e ações, incluindo a administração dos fundos públicos e todos os aspectos de desempenho, e submetendo-se a escrutínio externo apropriado (SLOMSKI et. al., 2008)

Tabela 1 - Princípios da Governança Pública

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, percebe-se que a Governança Pública tem uma ligação reflexa com quatro elementos: a Administração, a Supervisão, o Controle e a *Accountability*, que significa responsabilidade em prestar contas. (TIMMERS, 2000). O inter-relacionamento entre os citados elementos, corrobora um avanço na visão administrativa, em termos de eficácia, eficiência e efetividade, agindo conforme a regulamentação pátria e corroborando a necessidade de efetivo controle financeiro (TIMMERS, 2000).

Ao passo que a Governança Pública está atrelada ao uso consciente e responsável dos recursos públicos, a Administração Pública passa a ser visualizada pelos resultados apresentados, de forma que o sucesso do governo é analisado pelo cidadão e tal gerência é medida por meio das melhores práticas concernentes à transparência e a divulgação das contas, tendo em vista que o cidadão é o principal interessado na propagação das ações estatais e se existem bons resultados.

Nos debates sobre a clareza dos gastos governamentais, entra em destaque o termo *accountability*, cujo significado pode ser entendido como responsabilidade objetiva ou

obrigação de responder por algo. Isto posto, Campos (1990) relata que estes interesses são proporcionais ao avanço democrático da sociedade, posto que, este conceito acompanha os valores constitucionais, tais como igualdade, dignidade, participação e representatividade.

A nova gestão pública volta-se à prestação de contas, que por sua vez está associada à proximidade da população com o governo, no sentido de cobrar a realização de ações em prol da coletividade, requerendo informações claras e objetivas de projetos que efetivamente, venham a ser feitos pelo Administrador Público. Ademais, é importante observar que existe uma diferença entre transparência fiscalizatória e publicidade fiscal, uma vez que a esta consiste em tornar pública a informação disponível, sem observar plenamente a clareza, a confiabilidade, a objetividade e voluntariedade que se perfazem na transparência. Nesse sentido, Alves (2011) relata que não é suficiente que os dados estejam disponíveis, mas é imprescindível que seja publicada de forma detalhada, precisa e clara, posto que do contrário, não atende ao princípio da transparência.

3.2 Controle Social

A concepção de Controle Social foi cunhada a partir da década de 70, quando cresceram os movimentos sociais pela democracia. No final dos anos 80, segundo Correia (2003), a sociedade passou a exercer o controle por meio da fiscalização dos papéis do Estado e, conseqüentemente, sobre os recursos públicos direcionando-os, no caminho dos interesses da coletividade.

Tal inspeção pode ser realizada em dois momentos: na definição das políticas a serem implementadas e no momento da fiscalização, de modo que haja gerência na implementação das políticas públicas e aplicação dos recursos financeiros. Vislumbra-se que o respectivo controle é uma forma de compartilhar o poder de decisão entre sociedade e Estado, configurando-se como uma expressão da democracia e da cidadania.

Assim, podemos defini-lo como a capacidade que a sociedade tem de intervir nas ações desenvolvidas pelo Gestor Estatal, contribuindo diretamente na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação, em todas as esferas federativas. Nesse sentido, o Controle Administrativo pode ser expresso sob três perspectivas: controle interno, externo e controle social, conforme apresentados no Tabela 2.

Autor	Conceito
Controle Interno	Tem como finalidade avaliar o cumprimento das metas e destinação dos recursos estabelecidos bem como assegurar a eficácia e eficiência da gestão pública PESTANA (2012).
Controle Externo	É realizado pelo órgão alheio ao que se realizou o ato, e consiste na verificação do exercício regular da competência atribuída pela lei, ou seja, são órgãos externos no qual fiscalizam as ações da administração pública e o seu funcionamento.
Controle Social	É a integração da sociedade com a administração pública, sob a finalidade de solucionar problemas. É a descentralização do Estado motivando grupos de pessoas a solucionar problemas sociais, sendo aparado constitucional e legalmente. Ou seja, é a participação social na gestão pública.

Tabela 2. Perspectivas do Controle

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante do exposto, percebe-se que o citado parâmetro se configura como um instrumento democrático participativo no exercício do poder no qual a vontade social desponta como fator avaliativo para a estipulação de metas traçadas pela Administração. Portanto, é uma maneira de estabelecer um compromisso entre o poder público e a sociedade, no escopo de propor alternativas para os problemas econômicos e sociais, bem como pode ser entendido como uma forma de fiscalização sobre as ações do Estado, com a contribuição dos cidadãos no planejamento, consecução e avaliação das atividades governamentais.

Conforme Correia (apud SOUZA, 2010), o Controle Social deve ser entendido como o controle da sociedade sobre o destino das políticas sociais para que atendam aos reais interesses da maioria da população. Isto posto, tal controle possui o importante papel de garantir o atendimento das necessidades prioritárias da população, melhorando os níveis de qualidade dos serviços oferecidos e também fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Frise-se que a participação democrática no Controle Social fortalece as políticas públicas, adequando-as às necessidades da coletividade, dando-lhes maior eficiência, bem como constatamos que esta espécie de controle contribui para a difundir o significado de gestão pública à medida que envolve vários atores sociais com necessidades e interesses específicos. Todavia, Tavares, Martins e Figueiredo (2013) lembram que a efetividade deste controle pressupõe a transparência nas ações de governo e a devida competência de qualquer cidadão em conhecer e interpretar as informações disponibilizadas pelos órgãos públicos.

Ainda neste viés, Sacramento e Pinho (2007) e Figueiredo e Santos (2014) declaram a transparência como um instrumento capaz de contribuir para redução da corrupção no espaço público e de aumentar a democracia entre o Estado e a sociedade, posto que a primeira permite ao cidadão acompanhar a gestão administrativa e propicia o crescimento da cidadania. A nitidez da gestão fiscal relaciona-se à disponibilidade crescente e tempestiva

de informação econômica, social e política sobre a administração, em meios eletrônicos de acesso público (PAIVA & ZUCCOLOTTO, 2009; SUZART, 2012).

São três as dimensões da transparência das contas públicas: a publicidade, a compreensibilidade e a utilidade para decisões. A primeira entende-se pela ampla e tempestiva divulgação por diversos meios, enquanto a segunda refere-se à acessibilidade da linguagem que deverá se adequar ao perfil dos usuários e em boa formatação. A última dimensão fundamenta a relevância das informações e a sua confiabilidade (PLATT NETO, CRUZ e VIEIRA, 2006). Com base nessas grandezas, verifica-se que a transparência vai além do simples acesso aos dados, ela proporciona que o cidadão obtenha e possa interpretar, a informação completa, relevante, oportuna, pertinente e confiável a respeito da administração pública (GRAU, 2005). Assim, verifica-se que publicidade, clareza, relevância, confiabilidade e a oportunidade são elementos básicos da diafaneidade dos gastos públicos.

Isto posto, a classificação da Administração Pública como transparente, não se limita apenas à acessibilidade da informação, mas sim que ao atendimento dos requisitos supracitados, pois o princípio da transparência está associado à divulgação de dados que permitam a averiguação das ações dos gestores e a consequente responsabilização por seus atos. Na respectiva definição, identificam-se características referentes a informes completos, objetivos, confiáveis e de qualidade, que possibilitem a compreensão e acesso aos canais, totalmente abertos, de comunicação (ALÓ, 2009).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, preconiza em seu art.48, que a clareza da gestão fiscal é assegurada pela ampla divulgação dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, das prestações de contas com o parecer prévio, bem como do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal e suas versões resumidas. A referida norma jurídica ainda estabelece regras em prol de uma maior transparência das contas públicas dos entes federativos, determinando a divulgação em tempo real, de informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira, da realização de audiências públicas regulares e da prestação de contas dos chefes dos poderes (CRUZ et al., 2012)

4 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

Vale ressaltar que a presente pesquisa segue a metodologia de Raupp e Pinho (2010) para avaliação da transparência da gestão pública. O atual modelo de análise foi construído a partir de experiências anteriores de diversos autores e instituições (AKUTSU, 2002; PINHO, 2002; DINIZ, 2000; MORAES, 2004; PRADO, 2004). Na apreciação dos portais municipais foi utilizado Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M) de CRUZ et al (2012) tomando-se por parâmetro *o Índice de transparência de los ayuntamientos* (ITA), concebido pelo Comitê espanhol de Transparência Internacional, que traça pontos referentes aos códigos internacionais pertinentes ao referido tema.

Segundo Marconi e Lakatos (2007) método é o conjunto de atividades sistemáticas

e racionais, utilizadas pelos cientistas para obter dados válidos e verdadeiros, definindo os caminhos a serem percorridos. Para o desenvolvimento do presente trabalho, fez-se necessário pesquisar se todas as capitais disponibilizam portais eletrônicos oficiais, averiguar se estes respectivos sítios eletrônicos fornecem todas as informações que compõem o ITGP-M, criando assim, uma classificação baseada na porcentagem alcançada por cada capital brasileira, e por fim, traçar um perfil individualizado por região do nosso país, tomando-se por parâmetro, correlacionando variáveis como população, área territorial, PIB e o IDH.

Quanto aos objetivos, a busca é de cunho exploratório, descritivo e longitudinal. A pesquisa exploratória, conforme Gil (2008), propõe a discussão de um tema até então, pouco abordado e descritivo porque objetiva verificar o nível de transparência nos portais das prefeituras municipais das capitais brasileiras. De acordo com Vergara (2010), pode-se classificar a investigação quanto aos meios, como pesquisa documental, que é a apuração realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos ou privados, de qualquer natureza. Neste estudo, a principal fonte de consulta de informações são os Portais Eletrônicos já indicados.

Código	Categorias de Informações	Pontuação Máxima	Objetivos de divulgação
C1	Informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores	10	Informar sobre os ocupantes de cargos eleitos e a estrutura administrativa municipal.
C2	Legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal	11	Permitir acesso à legislação municipal ordinária e também aos instrumentos de planejamento que orientam a gestão orçamentária (receitas e despesas).
C3	Informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais	36	Disponibilizar relatórios sobre a situação econômico-financeira municipal, no tocante à execução do orçamento, gestão dos ativos e das dívidas do município.
C4	Interação com os cidadãos e com a sociedade	19	Informar sobre os serviços prestados <i>on-line</i> no portal do município e possibilidades de interação e participação na definição das preferências governamentais.
C5	Análise do portal do município	7	Possibilitar a análise das condições de acessibilidade e navegabilidade do portal do município.
C6	Informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão	60	Disponibiliza informações claras e objetivas em áreas consideradas de maior interesse e cujas condições têm impacto direto na vida dos cidadãos: política tributária, administração, licitações e compras, segurança pública, educação, cultura, esporte e lazer, habitação e urbanismo, saúde, saneamento básico, gestão ambiental, atividades econômicas, trabalho e transportes.

Tabela 4. Categorias de informações constantes do ITGP-M

Fonte: CRUZ et al. (2012)

As referências foram coletadas por meio de um protocolo de observação, que para Creswell (2007), é utilizado para registrar dados de observações múltiplas durante a realização de um estudo qualitativo.

4.1 Coleta e interpretação dos dados

A coleta de dados foi realizada diretamente nos portais das prefeituras, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016 e com vistas ao ITGP-M. Inicialmente, fez-se um levantamento dos portais oficiais existentes em cada capital dos 26 (vinte e seis) Estados-Membros e do Distrito Federal, com base no seguinte padrão URL, www.nomedomunicípio.pb.gov.br.

Em seguida, os citados portais eletrônicos foram avaliados quanto à transparência, com o auxílio do ITGP-M, índice que tem por valor máximo, a grandeza de 143 pontos, considerando a soma dos pontos em seis categorias, que abordam desde as informações básicas dos municípios, até as informações financeiras, contábeis e fiscais, conforme ilustra o tabela 4. Cada categoria apresenta uma série de itens e, caso o portal analisado os apresente, receberá a pontuação associada ao desempenho.

5 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observa-se que dentre os portais analisados no presente estudo, a capital do Estado da Paraíba obteve um índice de 52% na avaliação do seu portal, ou seja, 75 pontos do total possível de ser alcançado. João Pessoa, situada na Região Nordeste, com uma população de 723.515 habitantes (IBGE-2010), foi classificada como detentora de alto nível de desenvolvimento. A Figura 1 ilustra essa relação.

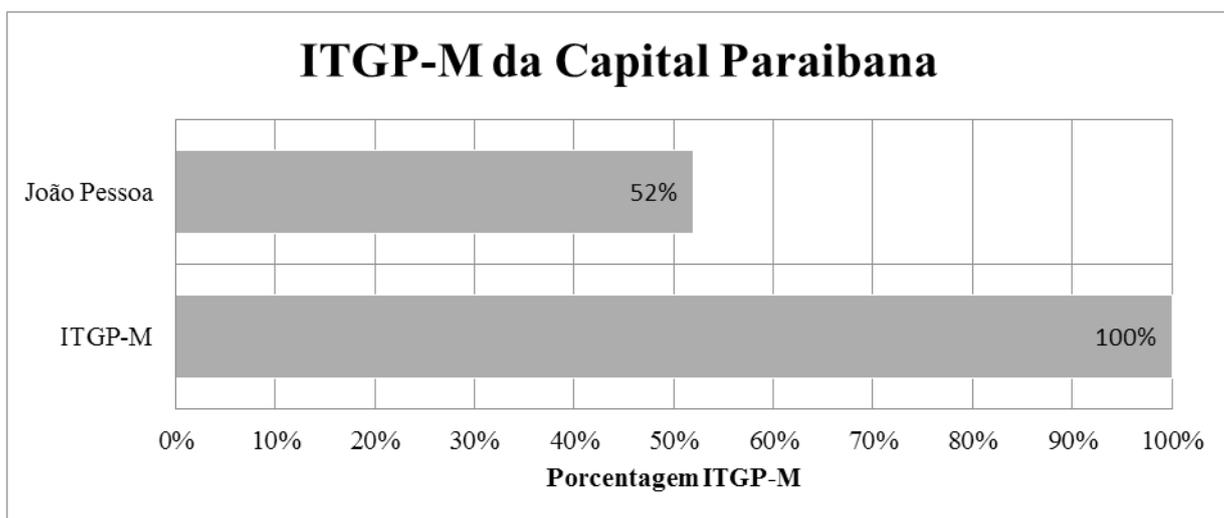


Figura 1. ITGP-M da Capital Paraibana

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante disso, esta cidade paraibana foi classificada como a capital mais transparente, destarte a distância existente entre o índice alcançado por João Pessoa e aquele que

realmente é esperado no ITGP-M em relação as demais capitais analisadas. Porém, levando-se em consideração a pesquisa anteriormente realizada por Costa e Torres (2014), nos municípios paraibanos, na qual João Pessoa obteve 68 pontos, equivalente a 48% do ITGP-M, é iminente verificar que houve um real avanço no escore ora alcançado.

A Capital que obteve o segundo melhor índice de transparência foi Belo Horizonte/MG, que alcançou uma pontuação de 71 pontos, dos 143 possíveis, equipotente a 50% do esperado. Destaca-se também para as capitais: Recife/PE, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS que alcançaram uma pontuação de 68 e 69 pontos do índice, que equivale a 48% do seu total. Os demais municípios obtiveram, no máximo, 46% - (Curitiba/PR) do ITGP-M e o mínimo de 17% (São Luís/MA), conforme é possível observar na figura 2:

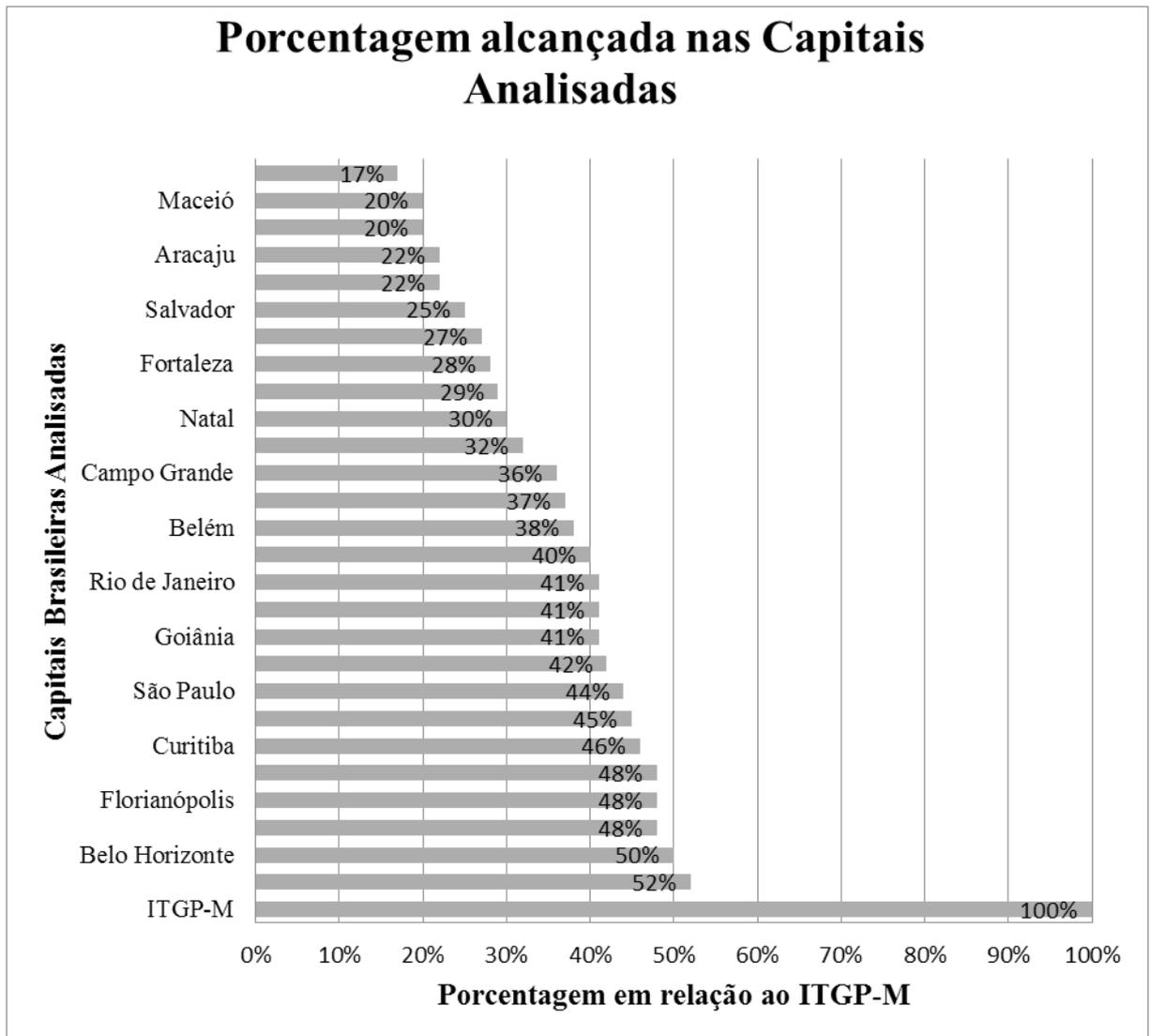


Figura 2. Porcentagem em relação ao ITGP-M

Fonte: elaborado pelos autores

5.1 Análise por região

Considerando-se a análise regional, verifica-se que dentre as sete capitais localizadas na região norte, Manaus se destacou com o alcance de 65 pontos, conforme a avaliação pelo ITGP-M, conseguindo 45% desse índice. Em seguida, tem-se Belém e Rio Branco,

que ficaram com uma porcentagem aproximada, 38% e 37%, respectivamente, do ITGP-M. Nesta região, a capital que possui a menor transparência é Macapá, com o índice de 20% em relação ao índice.

Na região Nordeste, como já apontado, João Pessoa destaca-se com 52%, dos 143 pontos do ITGP-M e em seguida temos Recife que alcançou 48% de pontos do referido índice. Desta feita, é perceptível a distância entre a maior e a menor quantidade de pontos obtidos pelas nove capitais da região Nordeste, uma vez que a melhor colocada contabilizou 75 pontos pelo ITGP-M e a menor colocação restou para São Luís com apenas 25, o que a equivale a 17% do total a ser computado. Assim, tem-se que quanto maior o índice, maior será o nível de transparência para a capital analisada, ou seja, as informações estão mais completas e acessíveis à comunidade.

A Região Centro-Oeste, composta por quatro capitais, constata-se a proximidade entre as pontuações alcançadas por Brasília, Goiânia e Cuiabá, que variaram entre 60 e 57 pontos do ITGP-M, de 42% a 40% do que se almeja para capital transparente, segundo o índice. Frise-se que o menor resultado restou para a cidade de Campo Grande, com apenas 36%, ou seja, 52 pontos.

Dentre as capitais que constituem a Região Sudeste, Belo Horizonte foi a que mais que se destacou, auferindo 71 pontos do ITGP-M, na proporção de 50% do seu total. Segundo esta mesma análise, São Paulo é segunda capital mais transparente com a obtenção de 63 pontos, enquanto, cidades como Rio de Janeiro e Vitória alcançaram 41% do índice. No tocante à Região Sul, foi possível verificar a proximidade entre os resultados encontrados, variando de 67 a 69 pontos do ITGP-M, onde Porto Alegre amealhou a melhor colocação, o equivalente a 48% do esperado no índice utilizado.

5.2 Análise por categorias do ITGP-M

Tomando-se por paradigma as seis categorias do índice de Transparência, convém destacar que dentre todas as capitais analisadas, apenas as cidades de Cuiabá e Porto Velho obtiveram a maior pontuação possível, na Categoria II e Curitiba também alcançou o patamar máximo esperado pelo ITGP-M, na Categoria V, conforme demonstrado na tabela que segue.

SUBITENS DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS					
	Categoria	Máximo Possível	Máximo Observado nos portais analisados	Capital que obteve o maior índice na categoria	Região
ITGP-M	C1 - Informações gerais sobre os municípios, gestor municipal e vereadores	10	6	Campo Grande	Centro-Oeste
				Cuiabá	Centro-Oeste
				Florianópolis	Sul
	C2 - Legislação Municipal e Instrumentos de planejamento Municipal	11	11	Cuiabá	Centro-Oeste
				Porto Velho	Norte
	C3 - Informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais	36	30	Vitória	Sudeste
	C4 - Interação com os cidadãos e com a sociedade	19	12	João Pessoa	Nordeste
Salvador				Nordeste	
C5 - Análise do Portal do Município	7	7	Curitiba	Sul	
C6 - Disponibilização aos cidadãos de informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão	60	32	Belo Horizonte	Sudeste	

Tabela 5. Análise de acordo com as categorias do ITGP-M

Fonte: elaborado pelos autores

5.3 População x Área x PIB x IDH x ITGP-M

Após analisar os portais e classificá-los quanto ao nível de transparência, de acordo com o ITGP-M, mensurou-se em que medida, a população, área, o PIB e o desenvolvimento social, representado pelo IDH, podem ser considerados, como indícios contundentes, para a interpretação dos níveis de transparência alcançados pelas capitais brasileiras. Os dados estão relacionados nas tabelas 6 e 7.

Adicionalmente realizou-se um ordenamento das capitais pela mediana do ITGP-M em dois grupos: maiores e menores. Isto permitiu compreender melhor as semelhanças entre os grupos quanto a população, área, PIB e IDH. A mediana calculada a partir do ITGP-M apresentou o resultado de 55. Logo, foram agrupadas 14 capitais na mediana superior e inferior. A tabela 2 apresenta a distribuição da amostra para o índice de transparência das capitais posicionadas na mediana inferior.

Mediana inferior					
Capital	População 2010	Área	Posição PIB	IDH	%IGPM
São Luís	1.014.837	834,79	12	0,768	17
Macapá	398.204	6502,12	21	0,733	20
Maceió	932.748	509,91	26	0,721	20
Porto Velho	428.527	34096,39	14	0,736	22
Aracaju	571.149	181,86	19	0,770	22
Salvador	2.675.656	692,82	24	0,759	25
Teresina	814.230	1391,98	23	0,751	27
Fortaleza	2.452.185	314,93	17	0,754	28
Palmas	228.332	2218,94	18	0,788	29
Natal	803.739	167,26	20	0,763	30
Boa Vista	284.313	5687,04	16	0,752	32
Campo Grande	786.797	8092,95	15	0,784	36
Rio Branco	336.038	8835,541	27	0,727	37
Belém	1.393.399	1059,46	25	0,746	38

Tabela 6. Mediana Inferior da amostra

Fonte: elaborado pelos autores

Observa-se que nas capitais que possuem menores índices existe uma concentração maior dos estados do norte e nordeste, com menor população e área geográfica. Já a tabela 3 apresenta esses dados para as capitais da mediana superior.

Mediana superior					
Capital	População 2010	Área	Posição PIB	IDH	%IGPM
Belém	1.393.399	1059,46	25	0,746	55
Cuiabá	551.098	3291,81	10	0,785	57
Vitória	327.801	97,40	1	0,845	58
Goiânia	1.302.001	729,02	13	0,799	59
Rio de Janeiro	6.320.446	1199,83	4	0,799	59
Brasília	2.570.160	5780,00	2	0,824	60
São Paulo	11.253.503	1521,11	3	0,805	63
Manaus	1.802.014	11401,09	8	0,737	65
Curitiba	1.751.907	435,04	6	0,823	66
Florianópolis	421.240	675,41	7	0,847	68
Recife	1.537.704	218,44	11	0,772	69
Porto Alegre	1.409.351	496,68	5	0,805	69
Belo Horizonte	2.375.151	331,40	9	0,810	71
João Pessoa	723.515	211,48	22	0,763	75

Tabela 7. Mediana superior da amostra

Elaborado pelos autores

As capitais que possuem os maiores índices de transparência , contemplam os estados com menor extensão territorial, melhores posições do PIB, IDH Isto posto, é possível concluir que essas características são semelhantes para aquelas capitais brasileiras que possuem os maiores valores para o ITGP-M. Portanto, percebe um comportamento de convergência entre as variáveis, exceto pela relação entre o índice e área, que é inversa. Nesse sentido, a tabela 8 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis.

Matriz de Correlação					
	IGPM	IDH	PIB	ÁREA	POPULAÇÃO
IGPM	1,0				
IDH	0,6	1,0			
PIB	0,4	0,7	1,0		
ÁREA	-0,2	-0,4	-0,1	1,0	
POPULAÇÃO	0,2	0,2	0,3	-0,2	1,0

Tabela 8. Mediana superior da amostra

Elaborado pelos autores

Conforme apresenta-se na tabela 4 existe uma relação fraca e positiva entre ITGP-M e POPULAÇÃO e ITGP-M e PIB, ou seja, numa associação relativamente fraca, espera-se que quanto maior for o ITGP-M maior tende a ser o IDH e o PIB. A relação entre ITGP-M e IDH é definida como moderada e positiva, assim de forma um pouco mais expressiva, observa-se que quanto maior for o ITGP-M, maior será o índice de desenvolvimento humano da capital analisada. Já a relação entre ITGP-M e ÁREA é fraca e negativa. Isto significa que, parcialmente, o ITGP-M é maior para capitais menores.

Para maior compreensão destas relações, foram traçados gráficos de relação e linha tendência a partir do logaritmo (log) das variáveis. O logaritmo foi utilizado para estabelecer uma mesma unidade de medida. Isto posto, é possível observar uma correção linear ascende entre Log ITGP-M e Log População, e Loh ITGP-M e Log PIB, no contraponto, verifica-se uma relação linear descendente entre Log ITGP-M e Log IDH e Log ITGP-M e Log Área.

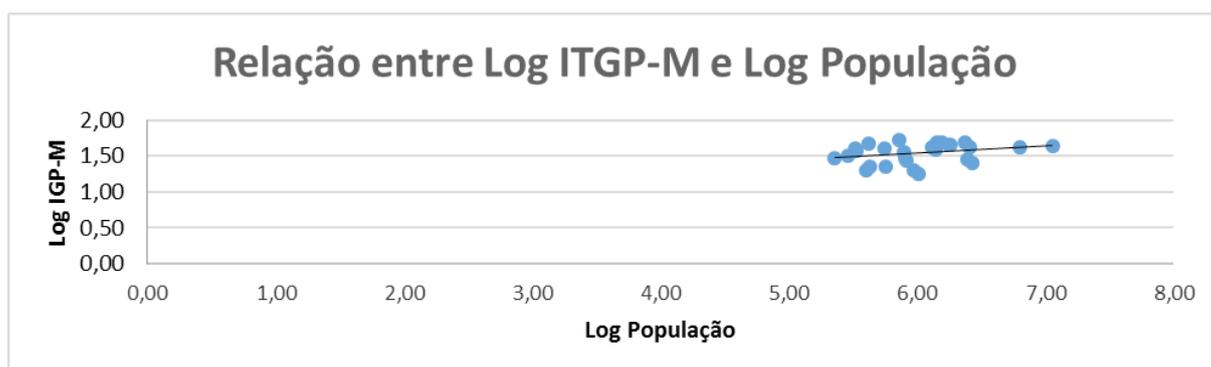


Figura 3. Relação entre Log ITGP-M e Log População

Fonte: elaborado pelos autores

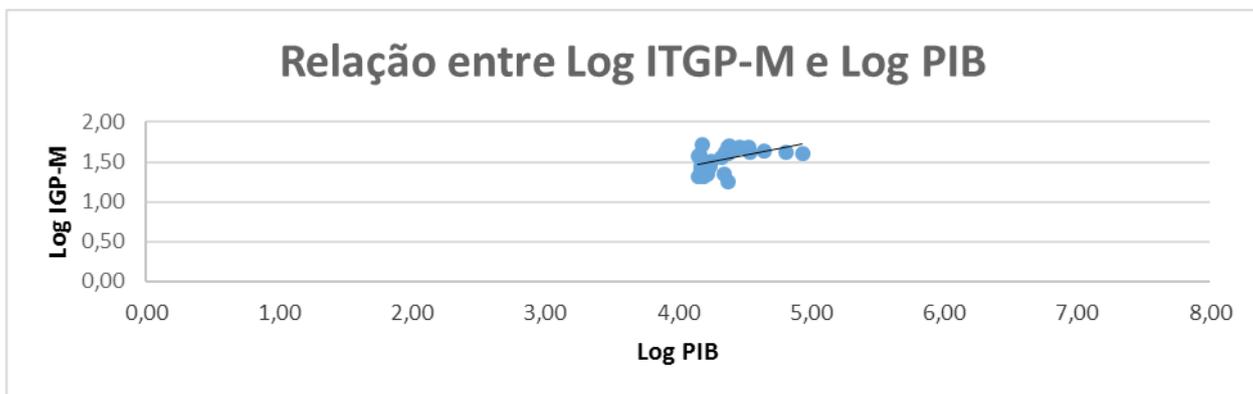


Figura 4. Relação entre LOG ITGP-M E LOG PIB

Fonte: elaborado pelos autores

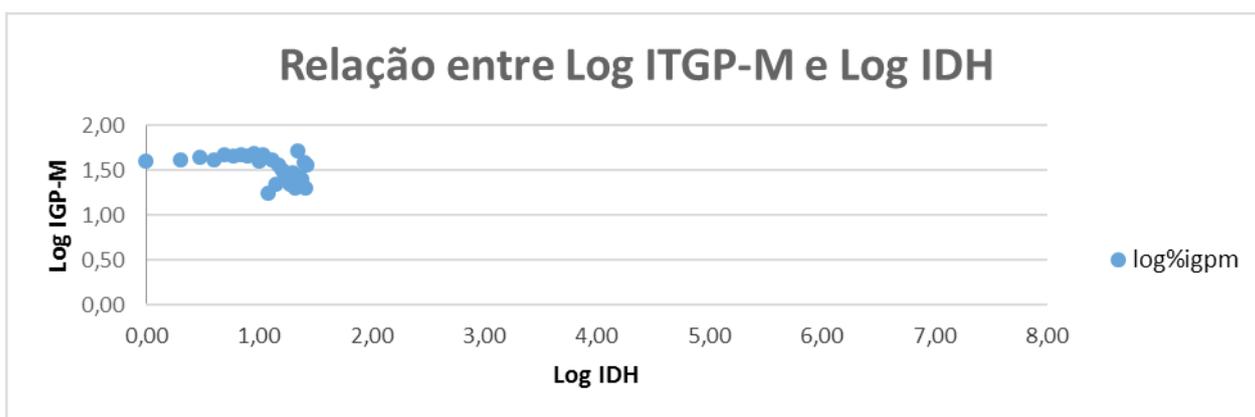


Figura 5. Relação entre Log ITGP-M E LOG IDH

Fonte: elaborado pelos autores

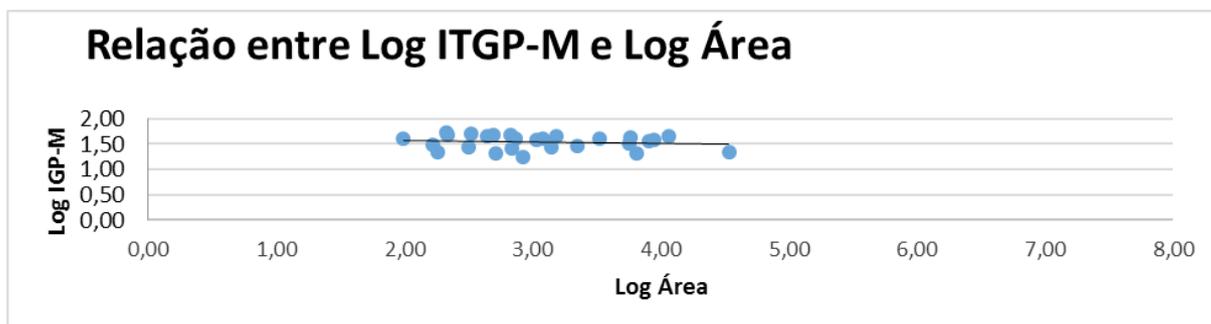


Figura 6. Relação entre ITGP-M e Log Área

Fonte: elaborado pelos autores

O ITGPM relacionando com a variável PIB e população alcança uma relação positiva, enquanto ao relacionar-se com o IDH e com a área apresenta uma relação negativa, assim as variáveis PIB e população possa ser que interfira numa boa pontuação, no quesito transparência pública.

5.4 População

Dentre as capitais mais populosas da Região Norte, Manaus/AM, que apresenta uma população de 1.802.014 de habitantes, obteve 65 pontos na análise do seu portal. Belém,

a capital do Pará, tem uma população de 1.393.399 habitantes e alcançou 55 pontos na mesma avaliação. Assim, ponderando estes dois aspectos, observa-se que estas cidades com maior densidade demográfica da respectiva região também alcançaram uma boa pontuação no ITGP-M.

No tocante à Região Nordeste, as capitais mais populosas não foram as que se destacaram na avaliação de seus portais com base no índice em testilha, tendo em vista que João Pessoa, detentora de 75 pontos, conseguiu um considerável escore pela análise do seu portal, todavia, outras capitais com maior quantidade de habitantes, tais como Salvador/BA, Fortaleza/CE e Recife/PE, atingiram o ITGP-M de 36, 40 e 69 pontos, respectivamente.

Na Região Centro-Oeste, as Capitais mais populosas também obtiveram bons patamares no ITGP-M. Porém, em relação às demais, Brasília e Goiânia, foram os destaques.

A cidade de São Paulo/SP, capital mais populosa da região sudeste, amechou 63 pontos no ITGP-M, entretanto, Belo Horizonte/MG, a terceira capital mais populosa da referida região, alcançou a melhor pontuação da área, com 71 pontos.

Em relação as capitais da região sul, identifica-se o alcance de consideráveis pontuações no ITGP-M, tomando por parâmetro o população, conforme indicam os escores da capital mais populosa, Porto Alegre/RS, quanto aquela que detém menor quantidade de habitantes, Florianópolis/SC, que atingiram com o ITGP-M 69 e 68, respectivamente.

Analisando todas as capitais brasileiras, é possível verificar que dentre as três com maior índice demográfico, temos São Paulo, seguida pelo Rio de Janeiro e Salvador, que alcançaram, respectivamente, os seguintes ITGP-M 63, 59 e 36, vislumbrando-se então, que não foram as melhores pontuações dentre as cidades examinadas.

No que tange às capitais com menor população, identificamos que as mesmas estão situadas na região norte, onde Palmas/TO, Boa Vista/RO e Rio Branco/AC, amecharam as seguintes pontuação no ITGP-M: 42, 46 e 53. A tabela 3 resume estas informações.

5.5 IDH

Renda, educação e saúde são as três dimensões básicas que o IDH leva em consideração no progresso a longo prazo, os quais relacionamos com os índices alcançados nas capitais brasileiras, verificando se existe associação com a transparência apresentada nos portais municipais.

Classificados como altos, no nível de desenvolvimento humano, o IDH das capitais da região Norte variou entre 0,788 e 0,727, de forma que os primeiros a alcançarem consideráveis pontuações no IDH, não necessariamente, obtiveram os melhores ITGP-M. Na região Nordeste, o IDH das capitais variou entre 0,772 e 0,721, porém o melhor índice do ITGP-M desta área, pertence à capital da paraibana que restou na quarta colocação, analisando-se o IDH das capitais da citada região. Já na região Centro-Oeste, Brasília/DF apresentou o melhor ITGP-M, com 60 pontos, destarte ser uma capital que tem um Índice

de Desenvolvimento Humano classificado como muito alto.

Na região Sudeste, verificamos que Vitória/ES detém o melhor IDH mas alcançou a menor pontuação, totalizando 58 pontos no total. As capitais da região Sul, que possuem um alto Índice de Desenvolvimento Humano, alcançaram no ITGP-M, um escore que variou entre 66 e 69 pontos, onde a melhor classificada em desenvolvimento humano, Florianópolis/SC, computou 68 pontos.

Por fim, nota-se que das 27 capitais brasileiras analisadas, apenas 7 possuem IDH considerado muito alto, e dentre estas, há uma variação de 41% a 50% do ITGP-M, onde as que ficaram nas extremidades destes quantitativos foram: Belo Horizonte/MG, com 71 pontos, equivalente a 50% do ITGP-M e Vitória/ES, que atingiu 58 pontos, 41% do índice, ambas situadas na região sudeste.

5.6 Área da Unidade Territorial

Levando em conta, a extensão territorial das capitais analisadas, é possível verificar na região norte que a capital de menor extensão territorial, Belém - PA, 1.059,458 Km², alcançou um índice maior, com ITGP-M – 55, que a de maior extensão territorial, Porto Velho – RO, 34.096,394 Km², que obteve apenas, 32 pontos na análise.

Na Região Nordeste, a capital de maior extensão territorial 1.391,981 Km², Teresina – PI, obteve a pontuação de 39, no ITGP-M, enquanto que João Pessoa – PB com maior pontuação no ITGP-M, possui extensão territorial de 211,475 Km². No Centro-Oeste, a capital de maior extensão territorial, Campo Grande – MS, obteve uma pontuação de 52, enquanto a de menor extensão territorial, Goiânia – GO, alcançou 59 pontos, no ITGP-M.

De maior extensão territorial, a capital de São Paulo com 1.521,110 Km², na região sudeste alcançou 63 pontos, ficando entre as oito capitais de maior pontuação. Enquanto que Belo Horizonte, com extensão territorial de 331,401 Km², alcançou 71 pontos no ITGP-M, ficando assim em segundo lugar, perante o rol das capitais analisadas. E ainda na região sudeste, a capital Vitória – ES, com menor extensão territorial dentre todas as capitais analisadas, alcançou 58 pontos.

Levando em consideração a extensão territorial da região Sul, a que possui maior extensão territorial Florianópolis – SC atingiu 68 pontos, ficando em 4º lugar das capitais brasileiras analisadas. Enquanto Curitiba – PR, com menor área, 435,036, obteve 66 pontos no ITGP-M.

5.7 Posição PIB Per Capta

Analisando o PIB Per capita paralelamente com o ITGP-M a capital melhor colocada, 1ª posição do PIB Per Capta, Vitória – ES, obteve uma pontuação equivalente a 58 pontos do ITGP-M, ao passo que Rio Branco – AC, que está na posição 27º, com um PIB Per capita de 14200,01, alcançou 53 pontos, ou seja, 37% da pontuação possível.

Nesta relação verifica-se que João Pessoa, capital da Paraíba, situada na região Nordeste, que obteve a melhor pontuação no ITGP-M, encontra-se na posição 22º do

PIB Per Capta, enquanto a segunda capital melhor colocada na análise do ITGP-M, Belo Horizonte – MG ocupa a posição 9º do PIB Per Capta. E ainda levando em consideração o PIB Per Capta, a capital com menor ITGP-M, São Luís – MA, também localizada na região nordeste, encontra-se melhor posicionada com relação a João Pessoa, capital da Paraíba, ocupando a posição 12º.

6 | CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral a investigação do nível de transparência nos portais das prefeituras municipais das capitais brasileiras, para alcançá-lo, foi necessário analisar se todas estas cidades continham portais eletrônicos oficiais. Do mesmo modo, o exame destes respectivos portais, tendo como base o ITGP-M, visou verificar se estes comportavam os dados que compõem este índice, criando assim um ranking da porcentagem alcançada por cada capital brasileira e por fim, relacionando se existem evidências que indiquem que a transparência desses municípios está associada a outras variáveis, tais como a população, o PIB, a área e o IDH.

O ITGP-M quantifica a nitidez dos gastos públicos em 100%, quando computados todos os 143 pontos estabelecidos em cada um dos seus critérios. Esta pontuação afere o nível do portal eletrônico para cada item avaliado, de modo que a aplicação deste índice permite a mensuração dos referidos sítios eletrônicos.

Constatou-se que todas as capitais brasileiras possuem um portal oficial, viabilizando a acima realização do presente estudo, no qual se afere os resultados da capital paraibana, João Pessoa, que obteve a melhor colocação quando aplicado o ITGP-M, alcançando 75 pontos, ou seja, 52% da pontuação máxima.

A porcentagem elencada pelas capitais brasileiras ficou entre 17% (São Luís/MA) e 52% (João Pessoa /PB). Esmiuçando cada região, pontuamos que na região Norte, houve o destaque para a capital de Amazonas, Manaus, com 65 pontos do ITGP-M; na Região Nordeste, a evidência ficou para João Pessoa/PB; Na Região Centro-Oeste, a pontuação variou entre 42% e 36% do ITGP-M. A Região Sudeste ressaltou a segunda capital melhor avaliada, Belo Horizonte/MG, com 50% do ITGP-M; Já na Região Sul, ocorreu praticamente, um empate técnico entre Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC, com 69 e 68 pontos do ITGP-M, respectivamente. Relacionando os resultados do ITGP-M, com variáveis como população, IDH, área e PIB Per Capta, conclui-se que:

População: na região Norte, as capitais mais populosas apresentaram resultados de maior transparência (Manaus e Belém), no Nordeste, aquelas com maior densidade demográfica apresentaram resultados menos nítidos (Salvador e Fortaleza) comparados ao quociente obtido por João Pessoa/PB. Na região Centro-Oeste a capital mais populosa atingiu o maior resultado de transparência (Brasília), no Sudeste, as com maiores quantidades de habitantes obtiveram menor indicador de transparência, (São Paulo e Rio de Janeiro) comparadas a Belo Horizonte, e por fim, na região Sul, ocorreu o que pode ser

considerado um empate técnico entre as capitais analisadas.

IDH: as capitais brasileiras apresentam IDH alto ou muito alto, sendo que o maior ITGP-M ficou com a capital da paraibana, que possui IDH alto, enquanto a segunda melhor colocação restou para a capital de mineira, Belo Horizonte, que possui IDH muito alto.

Área: Tendo como parâmetro a extensão territorial das capitais brasileiras, relacionando com o ITGP-M alcançado em cada uma delas, verifica-se que a capital de maior extensão territorial, Porto Velho – RO, com 34.096,394 Km², obteve apenas 32 pontos no ITGP-M, enquanto que a capital de menor extensão territorial, Vitória – ES, 97,400 Km², alcançou 58 pontos.

PIB Per Capta: Nesta variável, verifica-se que ao relacionarmos com a pontuação obtida por cada capital brasileira no ITGP-M, a capital melhor colocada, João Pessoa – PB, que ocupa o 1º lugar da pontuação obtida na análise com o ITGP-M, ocupa a posição 22º do PIB per capta, enquanto, São Luís, - MA, que alcançou apenas 17% do esperado da pontuação total do ITGP-M, encontra-se na posição 12º do PIB per capta, bem acima da capital da Paraíba.

Neste viés, os resultados são inconclusivos à medida que analisarmos as variáveis relacionando uma a uma com o ITGP-M, mas que ao estabelecermos uma relação estatística, visualizamos correlações lineares positivas entre o ITGP-M e as variáveis PIB e População, e negativas quando as variáveis são IDH e a área.

Desta feita, podemos concluir por uma evolução na caminhada em busca da transparência pública, porém a vereda percorrida se mostra tacanha comparada aquilo que se especifica na legislação brasileira, uma vez que esta determina que as informações serão dispostas em portais eletrônicos, no escopo de tornar eficiente a aplicação do princípio constitucional da transparência nos gastos públicos. A hodierna Lei nº 12.527, chamada LAI – Lei de Acesso a Informação, respalda os argumentos expostos, ao dispor que “o acesso é a regra e o sigilo, a exceção”. Em suma, com base na presente pesquisa, atestamos que a busca pelo cumprimento da regra ainda caminha a passos curtos, apesar dos inúmeros esforços empreendidos pelos estudiosos do assunto e por grande parcela da opinião pública do nosso país.

REFERÊNCIAS

ALÓ, C. C. & LEITE, J. C. S. P. (2009) Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos. 328f. Tese (Doutorado em Ciências - Informática) Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ALVES, D. P. (2011) Acesso à informação pública no Brasil: um estudo sobre a convergência e a harmonia existentes entre os principais instrumentos de transparência e de controle social. 6º concurso de monografias da CGU. Brasil.

BARRETT, P. (2001) Corporate Governance – More than Good Management. In CPA South Australia Annual Congress.

Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 2008. (p. 98). Brasil. Disponível em: Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 de nov. 2013.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 28 de nov. 2013.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 28 de nov. 2013.

_____. Lei de Acesso a Informações Públicas. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 28 de nov. 2013.

Brasil. Tribunal de Contas da União. Prêmio Serzedello Corrêa (2001): Monografias Vencedoras: Perspectivas para o Controle Social e a Transparência da Administração Pública/ Tribunal de Contas da União – Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2002. Brasília, Brasil.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. (2005) In: BRESSER PEREIRA, L. C. & SPINK, P.. Reforma do estado e administração pública gerencial. 6a ed. São Paulo: FGV. SP, Brasil.

CADBURY COMMITTEE (1992) Report of the committee on the financial aspects of corporate governance. London.

CAMPOS, A. M. (1990) Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CARVALHO, A. G. (2002) Governança corporativa no Brasil em perspectiva. Revista de Administração, (Vol.37 (3), pp.19-32). São Paulo, SP, Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. (2012) Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa (p. 11). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

COSTA, J. M. & TORRES, F. J. V. (2015) Transparência Pública: Uma Avaliação dos Portais das Prefeituras Paraibanas sob a Perspectiva do ITGP-M (2014). 1º Congresso UnB de Contabilidade e Governança. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

CORREIA, M. V. C. (2003) Que Controle Social? Os conselhos de saúde como instrumento.? 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Fiocruz, RJ, Brasil.

CRUZ, C. F., FERREIRA, A. C. S., SILVA, L. M. & MACEDO, M. A. S. (2012) Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Revista de Administração Pública - RAP, (Vol. 1, n. 46, pp. 153-176).

FERREIRA, C. M. M. (1996) Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. Revista do Serviço Público, (Vol. 47 (3), pp. 5-33).

FIGUEIREDO, V. S. & SANTOS, W. J. L. (2014) Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. Revista de Contabilidade e Controladoria, UFPR, (Vol. 6 (1), pp. 73-88), Curitiba, PR, Brasil.

GIL, A. C. (2008) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a ed. São Paulo: Atlas.

- GRAU, N. C. (2005) A democratização da administração pública: os mitos a serem vencidos. Cadernos FLEM - Gestão Pública e Participação, (Vol.1 (8) pp. 13-59).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2013) Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>.
- International Federation of Accountants – IFAC. (2013) Good governance in the public sector: consultation draft for an international framework.
- KICKERT, W. J. M. (1997) *Public governance in the Netherlands: in the alternative to anglo-american “managerialism”*. Public Administration, (Vol. 75, pp. 731-752).
- MARQUES, M. C. C. (2007) Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público. RAC, v. 11, n. 2.
- MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. (2007) Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, Brasil.
- PAIVA, C. P. R. & ZUCCOLOTTI, R. (2010) Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. Anais do XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo: ANPAD, SP, Brasil.
- PESTANA, M. (2012) Direito Administrativo Brasileiro. Elsevier, 3ª. ed., (p. 30). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- PEREIRA, J. M. (2010) Manual de Gestão Pública Contemporânea. 3 – Ed. São Paulo: Atlas.
- PLATT NETO, O. A., CRUZ, F. & VIEIRA, A. L. (2006) Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, (Vol. 1 (5), pp. 135-146).
- RAUPP, F. M. & PINHO, J. A. G. (2010) Construindo a *accountability* em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. FGV. EBAPE.
- SACRAMENTO, A. R. S. & PINHO, J. A. G. (2007) Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. Revista de Contabilidade da UFBA, (Vol. 1(1), pp. 48-61).
- SLOMSKI, V. (2008) Governança corporativa e governança na gestão pública. Atlas. VitalBook file. Minha Biblioteca.
- SOUZA, R. M. (2010) Controle social e reprodução capitalista: polêmicas e estratégias contemporâneas. Revista Temporalis, (Vol. 2(2), pp. 49-76). Brasília (DF).
- SUZART, J. A. S. (2012) Ser ou não ser independente? Um estudo exploratório sobre a independência das instituições superiores de auditoria e o nível de transparência fiscal dos países. Revista Universo Contábil. (Vol. 8(3) pp. 24-39).
- TAVARES, M. C. B, MARTINS, P. E. M & FIGUEIREDO, V. da S. (2013) Controle Social no Brasil: A administração política como transformadora da percepção do gestor público na sua relação com a sociedade. Revista Brasileira de Administração Política. v.6, n. 2.
- TIMMERS, H. (2000) Government Governance: Corporate governance in the public sector, why and how? The Netherlands Ministry of Finance.9th FEE Public Sector Conference.11/2000.
- VERGARA, S. C. (2010) Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. Editora Atlas, 12ª ed., São Paulo, SP, Brasil.

SOBRE OS AUTORES

Alexandra da Silva Vieira Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Maurício de Nassau; Pós-Graduação em Auditoria Contábil Fiscal pela Faculdade de Maceió (FAMA); Pós-Graduação em Direito e Processo Tributário pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC); Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail para contato: vieiraalexandr@gmail.com.

Alexia Mafalda Ramos Martins Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Ana Cristina de Oliveira Lott Professora e coordenadora adjunta do curso de Administração da Associação Carioca de Ensino Superior (UNICARIOCA); Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Graduação Tecnológica em Gestão de Eventos pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR); MBA em Elaboração, Avaliação e Gerenciamento de Projetos pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC); Mestrado Acadêmico em Administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); Grupo de pesquisa: Laboratório de aprendizagem, docência e gestão universitária; Grupo de pesquisa: Processo de difusão de inovação nos ambientes das escolas de ensino superior brasileiras; E-mail para contato: anacristinalott@hotmail.com

Andréa Paula Osório Duque Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá ; Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro ;

Aucione Aparecida Barros Guimarães Professor da Rede de Ensino Doctum; E-mail para contato: aucioneguimaraes@hotmail.com

Audrey Regina Leite Esperidião Torres Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2004). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Estadual da Paraíba- PGPCI/UFPB. Especialista em Direito Processual Penal. Atuou como advogada na área cível, durante o período de 02 (dois) anos. Atualmente, é analista jurídica ministerial do Ministério Público da Paraíba, ocupando desde de setembro de 2013, o cargo de Chefe de Departamento de Processos e Pareceres. Possui experiência na área jurídica, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Processual. São temas de estudo do seu interesse: Gestão governamental e ferramentas de governo eletrônico; as instituições públicas e a análise da transparência; a análise de técnicas de gestão pública e seus métodos inovadores na prestação dos serviços públicos

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC; e-mail: bwbatuba@santoangelo.uri.br

Caio Peixoto Chain Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro; Mestrado e Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras; caiochain@hotmail.com

Carlos Augusto Da Silva Neto Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Aveiro - Portugal; E-mail para contato: carlosaugusto0608@gmail.com

Carlos Vicente Berner Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Unicesumar; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade FECAP; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; E-mail para contato: carlosvberner@hotmail.com

César Augusto Tibúrcio Silva Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília (1983) e em contabilidade pela Unieuro (2006). É mestre em Administração pela Universidade de Brasília (1988) e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1996). Professor titular da Universidade de Brasília, atuando no mestrado e doutorado de Contabilidade (PPGCONT), sendo seu coordenador. Foi diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da UnB. Foi decano de Planejamento e Orçamento da Universidade de Brasília entre 2014 e 2016. Possui livros, artigos e trabalhos em congressos nos seguintes temas: mensuração contábil, finanças de empresas, demonstrações contábeis, avaliação de empresas e custos no setor público.

Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias Professor da Faculdade do Belo Jardim; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (PADR/UFRPE) [*Previsão de término para julho de 2018*]; E-mail para contato: cleyssonricardo@hotmail.com.

Deigla Kreuzberg Mestranda do Programa Pós Graduação Gestão Estratégica das Organizações na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. e-mail: deiglakreuz@yahoo.com.br

Evellyn Danielly Zabotti Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Possui MBA em Recursos Humanos pela União Educacional de Cascavel - UNIVEL e graduação em Ciências Contábeis pela UNIOESTE (2010). Atualmente é gerente administrativa financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CASCAVEL E REGIÃO - SICOOB e Consultora em Gestão Empresarial.

Fábio de Oliveira Paula Doutor em administração pelo IAG PUC-Rio. Professor auxiliar do IAG – PUC Rio

Fernando José Vieira Torres Professor da Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, membro do Grupo de Estudos em Finanças e Contabilidade (GEFIC - UFS), possui Especialização em Finanças Corporativas (2005/2006) e Graduação em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco (2004). Autor de vários artigos acadêmicos, pesquisador premiado nacionalmente (IBGC - 2008).

Flávia Gregório Lindgren Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

Guilherme Teixeira Portugal Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Engenharia pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Idalberto José das Neves Júnior Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Graduações em Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Especialista em Didática e Metodologia pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Análise de Sistemas pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Administração Contábil e Financeira pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Membro dos Grupos de Pesquisas “Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos (CEEDE)” e “A contribuição do pensamento ecossistêmico no exercício da docência na educação superior”; Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Gerente de Divisão da Diretoria de Controladoria do Banco do Brasil; E-mail: jneves@ucb.br.

Ilka Gislayne de Melo Souza Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNB. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Pós graduada em PLanejamento Tributário (2011) pela mesma instituição. Possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Faculdade do Vale do Ipojuca (2009). E funcionária pública da Prefeitura Municipal de Belo Jardim. Atualmente é professora da Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP DEVRY) e Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG; Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Jailza Mendes Da Costa Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba(2014)

Jéssica Santos de Paula Graduação em Ciências Atuariais e em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestranda em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; santosdepaula.jessica@gmail.com

João Paulo Calembó Batista Menezes Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Graduação em Ciências Contábeis e Administração pela PUC Minas; Especialista em Finanças – IBMEC (MG); Mestre em contabilidade, fiscalidade e finanças – ISEG (Ulisboa); Doutorando em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; joao.calembob@ufvjm.edu.br

Jonathas Coelho Queiroz da Silva Graduação em 2007 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em 2015 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: ECFT - Estudos em Contabilidade Financeira e Tributária. E-mail para contato: jonathasqueiroz@id.uff.br

Jorge Eduardo Scarpin Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo – USP; Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

José Roberto de Souza Francisco Professor Efetivo da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG; Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Mestrado Profissional em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD; Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Joséte Florencio Dos Santos Atualmente está na Vice-coordenação do PROPAD/UFPE e Coordenação do Mestrado Profissional em Administração. É membro do Comitê Científico de Finanças do ANPAD. Membro do Comitê Interno do PIBIC/UFPE/CNPq desde 2012. Possui graduação em Engenharia Elétrica (1983) e em Administração (1995) pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Doutor em Administração pela COPPEAD/ UFRJ (2005). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: governança corporativa, estrutura de capital, desempenho, práticas de governança corporativa e monte carlo.

Josimar Pires da Silva Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade São Francisco de Assis FASFA; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília - UnB ; Grupos de Pesquisa: Normalização Contábil e Qualidade da Informação das Empresas Brasileiras

Kliver Lamarthine Alves Confessor É doutorando e mestre em Administração pelo Programa de Pós de Graduação em Administração da UFPE - PROPAD, com ênfase na linha de Finanças. Possui especialização de Gerenciamento de Projetos. Formado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Durante o ano de 2010 foi aluno especial no Programa de Pós Graduação de Engenharia de Produção na Universidade Federal da Paraíba - PPGEP/UFPB onde iniciou e atuou os estudos em custos. Atuou como professor da Faculdade Mauricio de Nassau em Campina Grande e Orientador de Aprendizagem no Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial em Campina Grande (SENAC/PB). Foi Gerente Comercial na SOLARIS Concursos e Gerente Administrativo na TELNET TELECOM & TI. Foi professor substituto na Universidade Estadual da Paraíba e atualmente leciona disciplinas e orienta trabalhos de conclusão de curso nos níveis de graduação e pós-graduação. Tem interesse nas áreas de Finanças de Curto Prazo, Avaliação de Empresas, Investimentos, Gestão de Custos, Gestão da Produção e Gestão de Projetos.

Larissa Brutes Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. Pós Graduada em Direito Tributário – Faculdade Unyleya. e-mail: laribrutes@gmail.com

Lucas Pereira Silveira Graduação em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Caratinga; E-mail para contato: lucas.ctga.silveira@gmail.com

Luiz Sebastião dos Santos Júnior Professor da Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); E-mail para contato: luizssjr@hotmail.com.

Marcela Rebecca Pereira Professora da Faculdade Maurício de Nassau / Cabo; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); E-mail para contato: marcelarebecca@hotmail.com.

Márcia Maria Silva de Lima Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-Graduação /em Contabilidade Gerencial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-Graduação em Direito Tributário pela Faculdade de Alagoas (FAL); Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); E-mail para contato: marciamslima@hotmail.com.

Mariana Camilla Coelho Silva Castro Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – UFV; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Mariana Pereira Bonfim Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense – Pólo de Volta Redonda; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Grupos de Pesquisa: Arconte - Análise de risco e controladoria estratégica Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Contábeis - Controladoria e Contabilidade Gerencial; Gecontec – Grupo de Estudos e Educação Contábil; E-mail para contato: marianabonfim@id.uff.br

Mivaldo Cavalcante Gomes de Almeida Neto Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Naiara Leite dos Santos Sant' Ana Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação

em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São João Del Rei; Mestrado em Administração – Linha Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Lavras; Doutorado em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; Integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis (NEGEC/UFMG) e, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Consultoria em Finanças e Contabilidade (NUFI/UFMG); naiara.leite@uff.edu.br

Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutora em Ciências Contábeis e Administração. e-mail: neusalla@santoangelo.uri.br

Paula Porto de Pontes Valentim Doutorado em Administração de Empresas pelo IAG PUC-Rio. Mestre pelo COPPEAD – UFRJ

Rafael Martins Noriller Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Grupos de Pesquisa: Retorno Acionário e Variáveis Macroeconômicas

Renata Céli Moreira da Silva Paula Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduação em Administração pela IBMEC-Rio. Mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio. Doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio

Roberto Miranda Pimentel Fully Professor da Rede de Ensino Doctum; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Rede de Ensino Doctum; Graduação em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Caratinga; Mestrado em Ciências Contábeis pela Fucape; E-mail para contato: rfully@gmail.com

Rodrigo Dilen Louzada Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail para contato: rodrigo.dlouzada@gmail.com

Rosane Maria Seibert Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis na UNISINOS; e-mail: rseibert@santoangelo.uri.br

Sabrina Amélia de Lima e Silva Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Administração - Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutorado em Administração - Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; silva.saamelia@gmail.com

Silvana Anita Walter Professora Curso de Administração e do Mestrado Profissional em Administração e Mestrado Acadêmico em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foi professora dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) - Curso de Mestrado em Administração - e Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração (PPGCC) - Curso de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau

(FURB), Blumenau (SC) no período de 2010 a 2013. Doutora em Administração pela PUCPR ? Curitiba. Mestra em Administração: Gestão Moderna de Negócios, pela FURB ? Blumenau (SC). Especialista e Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atua na linha de pesquisa de Estratégia e Sustentabilidade (UNIOESTE). Professora e Coordenadora no Curso de Administração na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Leciona disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa, Metodologia da Pesquisa Qualitativa e Estratégias Organizacionais. Estuda preferencialmente o Ensino e a Pesquisa em Administração e Contabilidade (teorias, metodologias e pesquisa), além de Strategy as Practice aliada a Teoria Institucional. Desenvolve pesquisas utilizando tanto métodos quantitativos (regressão equações estruturais e outras técnicas multivariadas) e de análise de redes sociais, como qualitativos com apoio de software (ATLAS ti). Na área de Ensino e Pesquisa . Foi Líder do Tema de Formação do Professor e do Pesquisador (Período de 2011/2012) e Líder do Tema 2 - Estratégias e Métodos de Pesquisa Quantitativos e Qualitativos (Período de 2013 a 2017) da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) , tendo recebido prêmios na Área de Educação e Pesquisa. Avaliadora de eventos e periódicos científicos. Autora de diversos artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos. Foi Bolsista Produtividade CNPq Nível 2 no período de 2013/2015 e coordenadora de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. E-mail: silvanaanita.walter@gmail.com

Thiago Mello Affonso de Andrade Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio.

Veronica Silva Ricardo Professor da Faculdade do Futuro; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; Grupo de pesquisa: Relação entre vantagem competitiva e métricas das demonstrações contábeis; E-mail para contato: veronica.ricardo@hotmail.com.

Vinícius Mothé Maia Doutor em administração pelo IAG PUC-Rio; Professor da FACC-UFRJ

Wagner Ferreira da Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP); Especialista em Perícia Judicial e Práticas Atuariais pelo ITCP Cursos & Pós-Graduação; Graduando em Direito pela Fundação Educacional de Oliveira; E-mail: contato@wagnerfsilva.com.br.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-02-4



9 788585 107024